

Reflexões sobre Estado e extensão rural no Brasil (1948-1974)

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA¹

Estado e poder na historiografia

Sabemos que o início da História, enquanto disciplina, está associado à criação dos Estados-nacionais, ainda no século XIX. Assim, em certa medida, a historiografia nasceu com uma marca: a questão do Estado e o poder.

Num primeiro momento, baseada em princípios positivistas, a historiografia, sobretudo alemã, produziu uma ideologia de nação, a partir de relatos de fontes ditas oficiais e feitos de “grandes” personalidades, assegurando a dominação de uma burguesia no poder. Esta precisava de tal ideologia nacionalista para sua afirmação enquanto Estado-nação alemão, francês ou mesmo italiano.

Ainda nos anos 1920, a revista dos *Annales*, de Marc Bloch e Lucien Febvre, propunha uma reconstituição da História, vista pelos “de baixo”, pelos “vencidos”, ou seja, por aqueles que estavam silenciados nos documentos ditos oficiais. Faziam uma espécie de crítica à historiografia positivista, até então hegemônica no debate acadêmico francês, rechaçando a narração histórica para defender uma “história-problema” (CARDOSO, 1988, p. 95).

De fato, os historiadores dos *Annales* elevaram o pensamento histórico, expandiram a visão sobre fontes históricas – utilizavam iconografia, relatos paroquiais, entre outros – e valorizaram a interdisciplinaridade, sobretudo o diálogo com a Antropologia. Contudo, essa geração e seus seguidores marginalizaram questões teóricas e abandonaram a discussão sobre Estado e poder, temas somente relegados à história positivista que criticavam. Posteriormente, nos anos 1970, a chamada “nova história”, agora hegemônica na academia, sobretudo na historiografia francesa, não possuía a mesma erudição de seus antecessores na revista dos *Annales*. Jacques Le Goff e Marc Ferro radicalizaram os princípios dos *Annales*, hegemonomizando a historiografia francesa.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em História e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES).

A “nova história” recusava veementemente toda discussão de cunho teórico. A questão do poder ficou totalmente de fora de estudos dessa geração. Eram valorizados temas tais como as mentalidades, o medo, a morte, etc. Ciro Flamarion Cardoso afirma que, de maneira sutil, mas perigosa, a “nova história” fazia apologia ao capitalismo (Idem, p. 100). É interessante notar que os historiadores brasileiros fartamente se apropriaram, cada um em gênero, número e graus variados, dessas correntes ditas teóricas, tal como afirma Virgínia Fontes:

Uma boa parte dos historiadores brasileiros – e que constituíram referências de leituras para diferentes gerações – enfatizou o Estado no Brasil como algo acima e separado, como uma entidade peculiar, extremamente forte e violenta, e que teria, por essas características, papel proeminente em nossa história. (FONTES, 2006, p. 275).

Contudo, a matriz do pensamento marxista e os desdobramentos do materialismo histórico apontavam para questões mais estruturais na própria história, como a questão da relação social. Marx identificava o Estado servindo a uma classe: a classe burguesa. A matriz da teoria política liberal, pautada no pensamento dos contratualistas tais como Locke, Hobbes, Spinoza, entre outros, tem como fundamento a ordem social e a manutenção da dominação vigente, seja ela republicana ou monarquista. O pensamento marxista elegeu o conflito como inerente às relações sociais, que são relações entre e intra classe. Logo, a essência dos processos sociais se centrava nas relações sócio-históricas, e não numa concepção de natureza humana essencialmente maléfica ou bondosa.

Para a matriz marxista, se há uma natureza humana biológica, está é duplicada por uma forma especificamente sócio-histórica de existência, integradora das transformações produzidas pelos próprios seres sociais quer sobre a natureza, quer sobre o o conjunto (ou partes) das relações nas quais se inserem. A isso podemos chamar, propriamente, de historicidade. [...] o estado não procede, aqui, de pacto ou acordo; emerge do conjunto das relações sociais para assegurar a continuidade da produção e reprodução de sua existência. (FONTES e MENDONÇA, 2012, p. 3)

Antônio Gramsci, marxista sardo e militante do Partido Comunista Italiano, ainda nos anos 1930, promoveu um salto qualitativo nos estudos marxistas sobre o conceito de Estado. Mesmo preso no cárcere fascista, Gramsci inaugurou uma série de estudos e reflexões sobre a política, o Estado e o poder, à luz da “filosofia da práxis”, tal como ele chamava o marxismo. A leitura dos cadernos doze e treze traz a discussão sobre a construção da hegemonia, a criação de intelectuais, o processo escolar. O assunto principal, porém, é a teoria do Estado e sua ênfase na política. Seu estudo difere da tradicional ciência política, sobretudo italiana de Benedetto Croce, pois ao invés de perceber o Príncipe de Maquiavel como um soberano cínico,

autônomo, tal como os contratualistas o apresentam, Gramsci propõe a leitura do Príncipe de Maquiavel como o Partido Político, isto é, um corpo político, organicamente formado, que possui a representação de uma vontade coletiva. Os partidos, portanto, têm uma origem no grupo social que foi gerado, embora gozem de relativa autonomia. O Estado seria a composição de uma díade formada por uma sociedade civil, organizada em aparelhos privados de hegemonia – organizações voluntárias que defendem interesses comuns de uma dada classe ou fração de classe – e uma sociedade política, que seria os aparelhos de Estado ou suas instituições públicas propriamente ditas.

O conceito de hegemonia em Gramsci está intimamente ligado à dimensão do consenso e, portanto, ao seu pensamento de Estado, que amplia a visão tradicional do pensamento político, conferindo caráter relacional entre a esfera da sociedade civil e a sociedade política. Nota-se que o Estado de Gramsci emerge do conjunto das relações sociais e não de um pacto ou contrato político de um momento (a)histórico como a noção de “estado de natureza” imaginado por Hobbes).

Nesse caso, o processo de constituição da hegemonia passa necessariamente pela conquista de um projeto político de um dado partido convencer, isto é, estabelecer consenso, que sua ideologia é a expressão da vontade coletiva, ou melhor, de uma demanda universal. Conquistar a hegemonia é alcançar uma dominação ampliada aos diversos segmentos das classes sociais exercendo um monopólio de códigos culturais indispensáveis no estabelecimento do consenso. Assim, o exercício do poder e da dominação sempre é político, mas ocorre, sobretudo, no âmbito cultural. Portanto, cultura e política são, para Gramsci, indissociáveis: “*Nessa visão do Estado, a política – i.e., a prática – adquire o estatuto de motor das transformações sociais, ancorada à cultura enquanto seu principal instrumento.*” (MENDONÇA, 1996 p. 96).

Ademais, o papel dos intelectuais, estudo profundo contido no caderno doze, é importantíssimo na construção e organização de partidos políticos e na representação de sua classe na sociedade política. Assim, o intelectual orgânico de Gramsci é um representante legítimo que emerge de sua classe e possui a formação e a ideologia intrínsecas, que conduzem sua ação política. Como Gramsci era um militante comunista, a proposição revolucionária estava impregnada em sua construção teórica. Assim o intelectual das classes

trabalhadoras seria oriundo da própria classe, pois todos são capazes de serem intelectuais, mesmo que nem todos exerçam a função de intelectual.

Talvez Gramsci preencha uma lacuna na elaboração de uma teoria do Estado marxista. Historicamente falando, o pensamento marxista sempre conjugou teoria e prática política (revolucionária). Nesse sentido, o Estado para Gramsci é mais do que simplesmente monopólio legítimo da violência – conceito derivado de Max Weber – mas sim uma relação social, baseada em coerção e consenso simultâneos. A sociedade política, ou o que Gramsci chama de Estado restrito, possui uma relação recíproca com a sociedade civil (espaço de organização dos aparelhos privados de hegemonia) na construção de hegemonia, que se alimenta da cultura e a política. (FONTES, 2006, p. 271-273)

Desde então, conceituar sociedade civil, segundo Gramsci, não é fácil nem simples. Devido à sua obra estar em cadernos escritos no cárcere, existe uma intensa censura, bem como seu próprio desgaste físico e mental elevado. Algumas reflexões foram apenas esboçadas ou inevitavelmente não revisadas. Todavia, é possível perceber que Gramsci, ao relativizar o conceito de Estado deslocando sua análise de ações manifestas para as relações sociais, rompe com correntes políticas, sobretudo da ciência política italiana do período. (BIANCHI, 2011, p. 189-200).

Gramsci, amparado na perspectiva marxista, enxergou na sociedade civil o lugar onde se encontram aparelhos privados de hegemonia, organizados voluntariamente segundo interesses de classe visando organizá-los como “vontades coletivas”. A meta dessas correlações de forças de grupos dominantes, para consolidar a hegemonia de seus projetos, está nos aparelhos de Estado, ou na sociedade política, de onde provirá a transmutação de seus interesses privados em políticas públicas.

Vale ressaltar que a preocupação de Gramsci não era estabelecer um conceito rígido de sociedade civil, pois, como bem lembra Bianchi:

[...] que cabe aqui ressaltar é que a sociedade civil, tanto em um sentido – conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso – como no outro – lócus da atividade econômica –, mantém uma relação unidade-distinção com a sociedade política. (BIANCHI, 2008, p. 183)

Portanto, sociedade civil e sociedade política são categorias operadas por Gramsci para fins principalmente metodológicos (GRAMSCI, 2001, p. 47), sendo impossível dissociá-las no processo histórico. Nesse sentido, a trajetória da extensão rural no Brasil, nos anos de 1950 a

1970, não foi uma política pública selecionada pelo próprio Estado restrito, de acordo com interesses inerentes a ele. No processo de constituição e desenvolvimento do extensionismo rural houve uma convergência de interesses entre as agências internacionais, tanto públicas – Departamento de Estado dos EUA – quanto privadas – Associação Internacional Americana (AIA) do Nelson Rockefeller – e de uma fração da classe dominante agroindustrial brasileira, fruto de uma escolha politicamente orientada em prol de um projeto político forjado nas frações de classe no Brasil.

Visões sobre a extensão rural no Brasil

Trabalhar com o extensionismo Rural no Brasil nas décadas de 1950-70 implica retomar diversas discussões sobre Estado, sociedade civil, projetos de intervenção capitalista, desenvolvimento econômico, político e social. Diferentes perspectivas surgiram nos estudos consultados para tentar dar conta desses questionamentos. Muitos trabalhos sobre essa temática, mesmo que não propriamente serem de historiadores, são prisioneiros de matrizes derivadas do pensamento liberal conservador.

Em certa medida, esses trabalhos carecem de uma visão crítica e de uma dimensão teórica da realidade, utilizando-se conceitos rígidos e pouco historicizados. Entendemos, então, que ao congelar a realidade e suprimir o caráter conflitivo esses trabalhos perdem a noção dinâmica inerente ao processo histórico. Sendo assim, um debate sobre a articulação entre sociedade civil e sociedade política, tal como propomos, foram ignorados por tais estudos.

Nesse caso, o objetivo da pesquisa sobre o extensionismo rural no Brasil foi iniciar uma discussão, cujo epicentro reside na articulação entre a sociedade civil e a sociedade política, além de tentar mapear algumas estratégias do patronato agroindustrial brasileiro para preservar/afirmar sua hegemonia no campo através das primeiras experiências de extensão rural no Brasil e a trajetória da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) criada em 1956, no governo Juscelino Kubistchek e extinta em 1974.

Tentando fugir de reproduções do discurso extensionista, optamos por discutir a política extensionista à luz da matriz gramsciana de Estado, à qual a especialista Christinne Buciglucksmann acrescentou uma qualificação singular: “ampliado”.

Balanco bibliográfico/historiográfico

Em termos históricos, o governo de Juscelino Kubitschek foi o período de aceleração da expansão capitalista no país, em virtude das novas relações capital-trabalho estabelecidas pela industrialização, bem como na nova configuração das relações com os capitais estrangeiros. Esse processo trouxe mudanças na correlação de forças políticas vigentes no país. Nesse sentido, não foi somente o espaço urbano que se modificou, mas também o campo, que passou a sofrer um processo de capitalização com intervenções institucionalizadas, na tentativa de aumentar a produção/produktividade em alterações na estrutura fundiária vigente. Na agricultura, os acordos entre Rockefeller e o governo JK foram decisivos para o desenvolvimento do extensionismo e seu “siamês”, o Crédito Rural (COLBY & DENNETT, 1998).

Não é surpreendente que as primeiras experiências do extensionismo datem de 1948 e, com mais ou menos investimentos, continuem até os dias atuais. É impossível abranger todo esse recorte temporal no presente artigo, sabendo que, nesse período, há diversos contextos e mudanças ocorridas na extensão rural. Vários especialistas no tema recortam essa trajetória de diferentes maneiras, de acordo com a metodologia escolhida.

O recorte aqui adotado está baseado na cronologia da primeira instituição federal criada para coordenar o extensionismo. Assim, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) teve início em 1956 e foi extinta em 1974². Os conflitos ocorridos dentro dessa agência do Estado, ainda padecem de grandes lacunas, sobretudo entre os anos de 1948 a 1959, dificultando montar todo o quebra-cabeça político a eles subjacente.

Nesse período, percebem-se ainda inúmeros acontecimentos na política brasileira que terão influência direta e/ou indireta na condução da política extensionista, como, por exemplo, os planos de desenvolvimento lançados pelos governos: Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, o Plano Trienal do governo Goulart, o Estatuto da Terra do pós-golpe de 1964 (DIAS, 1990).

² Não há registro da lei de criação da ABCAR, somente há a data exata, 21 de junho de 1956. Contudo pelo Decreto nº 50.632 de maio de 1961 a ABCAR e suas filiais foram declaradas de utilidade pública. Pela Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974 há a criação da EMBRATER e, conseqüentemente, a absorção da ABCAR e sua estrutura física pela nova empresa.

Com relação à historiografia especializada sobre o extensionismo, podemos dizer que ela ainda é produzida, em sua grande maioria, pelos próprios extensionistas centrando-se, basicamente, em duas áreas: a) Economia/Agronomia – onde se apresentam diversos extensionistas ou especialistas técnicos que tratam de estudos de casos, métodos específicos da extensão, seu funcionamento e estrutura interna (RODRIGUES, 1994; PEIXOTO, 2009; OLIVEIRA, 1997; CAPORAL, 1991); b) Educação – onde preponderam estudos sobre a metodologia de Educação na extensão rural em diversas áreas, como atividade complementar, seus benefícios e malefícios (DIAS, 1990; LEME, 2005; PORTILHO, 1998). Há, ainda, diversas teses na Universidade Federal de Viçosa sobre a extensão rural e seus desdobramentos na perspectiva de estudo de casos, contudo até agora não foi possível localizar nenhum trabalho produzido por historiador sobre o assunto. Nos trabalhos já lidos, dois aspectos são comuns: avaliação positiva ou negativa do extensionismo no Brasil e a utilização do conceito de Estado como sujeito histórico.

Cyro Mascarenhas Rodrigues, sociólogo e extensionista, em sua tese de doutorado em Sociologia, defendida em 1994 na Universidade de Brasília, por exemplo, utiliza uma metodologia baseada na chamada “análise de políticas públicas pelas políticas públicas”, enraizada no que Claus Offe chama de “seletividade do Estado na elaboração de políticas públicas” (OFFE, 1984, p. 140-177). Dessa forma, o autor traçou três grandes períodos da extensão rural no Brasil: humanismo assistencialista (1948-1962), difusionismo produtivista (1963-1984) e humanismo crítico (1985-1991). (RODRIGUES, 1994, p. 233)

Essas fases foram estabelecidas segundo o perfil das práticas de extensionistas adotadas pela ABCAR e, posteriormente, pela EMBRATER, utilizando dados quantitativos, como quadro de pessoal, quantidade de famílias assistidas pela extensão, relatórios estatísticos de orçamentos produzidos pela ABCAR, entre outros.

Com efeito, a análise do autor em foco produziu argumentos ligados ao pensamento de Claus Offe, que delimita o papel do Estado como “coordenador do sistema capitalista”. Essa base teórica leva Mascarenhas a conclusões, a meu ver, precipitadas, de que o principal interessado em uma política pública implantada é o próprio Estado – visto como uma entidade separada das classes – e o capitalismo enquanto sistema econômico.

Já Francisco Caporal, agrônomo, em sua premiada dissertação de mestrado, apresenta-se como crítico ferrenho à extensão rural pós-EMBRATER, sobretudo contra seu primeiro presidente que, em uma série de discursos, lançou alguns “desafios” ao extensionismo, promovendo uma espécie de reflexão sobre as ações e a própria metodologia extensionista. Mesmo tendo clara noção de que a extensão rural não é uma mera política pública materializada em um aparelho de estado a serviço de projetos de frações da classe dominante, Caporal não perdeu certa visão bucólica sobre a extensão e o papel do próprio extensionista, achando que é possível fazer um trabalho de extensão rural e fugir da “ideologia burguesa”. Ainda no início do seu trabalho vemos a seguinte afirmação:

O estudo do problema mostrou que, ao assumirem funções de aparelho de Estado, as organizações extensionistas passam a sofrer, imediatamente, as influências do poder relacional do Estado classista, fortemente determinado pelos interesses das classes dominantes-dirigentes. Por sua parte, as próprias organizações, motivadas para o cumprimento de suas funções e visando assegurar sua auto justificação e manutenção, desenvolvem mecanismos internos, capazes de garantir, pela coerção ou pelo consenso, a reprodução da prática nos moldes historicamente instituídos. (CAPORAL, 1991, p. 4)

Todavia, Caporal vai contra sua própria argumentação crítica, não conseguindo se libertar do Extensionista que ele é, como demonstra o seguinte parágrafo final:

Finalmente, do conjunto das análises realizadas, parece ser possível afirmar que a superação dos obstáculos à mudança da prática da extensão rural dependerá não só dos espaços conquistados no interior do Estado e seus aparelhos, como principalmente, daquelas mudanças que possam vir a ocorrer com relação à ideologia e posição de classe que movem os extensionistas em seu que-fazer e dão direção aos interesses que defendem em seu trabalho diário. É, pois, necessário que mudem os homens e as mulheres que fazem extensão rural, para que possa mudar sua prática. (Idem)

Diferentemente dos demais autores consultados, José Augusto Leme, pedagogo, privilegiando mais a questão das continuidades e rupturas, apresenta em sua dissertação de mestrado outros marcos de diferenciação do extensionismo, considerando como extensão rural as propostas educativas existentes no Brasil desde o século XIX:

Pode-se dizer que a extensão rural, como dinâmica de transferência de conhecimento no meio rural, já existia no Brasil desde os colégios jesuítas que já possuíam conhecimentos para desenvolver uma ciência da terra. Porém, para nosso estudo possui maior significado a extensão rural organizada pelo setor público, que podemos encontrar na época do Império com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) ou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. (LEME, 2005, p. 40)

Assim, diversamente de Rodrigues, o período delimitado pelo autor teve início na primeira metade do século XIX e estendeu-se até os anos 1950; a segunda fase compreenderia o período 1950-80 e, finalmente, a terceira fase seria de 1980 até os anos 2000. José Leme enfatiza que, ao considerar o extensionismo eminentemente uma relação entre técnico e agricultor, pode-se recuar no tempo, antes mesmo de sua tradicional origem, marcada pelos acordos entre norte-americanos e o governo de Minas. É interessante notar que o autor diferencia-se dos demais no próprio conceito de extensão rural adotado em sua pesquisa construindo, portanto, outros pontos de referência para as fases da extensão rural no Brasil. Contudo, ainda assim, Leme não se afasta de uma visão liberal de Estado, mantendo o foco no estabelecimento das relações entre Estado e agricultor desde o Império até os dias atuais.

Já Cleimon Dias, veterinário, foca seu trabalho na relação do extensionista com o próprio programa de extensão rural. Através do conceito de campo, derivado de Bourdieu, Dias tece considerações sobre a teia de relações sociais estabelecidas a partir das estratégias adotadas pelo extensionismo em Santa Catarina, revelando como os planos de desenvolvimento governamental influenciavam na política agrícola. O choque devido ao desmantelamento da EMBRATER, em 1991, é um questionamento latente em todo o trabalho, elaborado neste mesmo ano. Assim, o extensionismo é relacionado a um “Estado autoritário” que, nas décadas de 80-90, entrava em crise:

Essa situação de crise indicava a necessidade de reorientar algumas políticas e projetos, processo que começou a ser levado a cabo durante o governo Figueiredo, para ser posteriormente aprofundado com o advento da Nova República. (DIAS, *op. cit.*, p. 286)

Talvez um dos únicos trabalhos com uma perspectiva mais crítica em relação às políticas de extensão rural no Brasil seja o de Mauro Marcio Oliveira. Mesmo sendo um extensionista, ele produz grandes críticas sobre a própria extensão rural, afirmando constantemente seu caráter classista e desigual, demonstrando que, contrariamente ao que a maioria defende, desde sua criação, a extensão rural não foi pensada para alcançar o pequeno agricultor desfavorecido, mas foi confabulada por interesses pessoais de empresas internacionais, como as de Rockefeller e as de grandes proprietários de terra em Minas, São Paulo e demais regiões do Brasil. O objetivo principal eram as linhas de crédito e o desenvolvimento tecnológico que beneficiariam grandes produtores, inclusive os estadunidenses:

A AIA também negociara esquemas de colonização com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. A proposta original da AIA foi feita no mês da eleição de Kennedy, pedindo que os EUA emprestassem dez milhões de dólares ao Brasil para desenvolver a região Centro-Oeste, incluindo os estados de Goiás e Mato Grosso e a área onde Nelson [Rockefeller] tinha uma propriedade de 400 mil hectares. (COLBY & DENNETT, op. cit., p. 481)

O extensionista, portanto, seria o intermediário entre as agências de crédito e o pequeno agricultor, direcionando tecnologias para o interior do Brasil:

Por outro lado, falece razão à visão crítica de entender que ‘a lógica do capital exigiu da Extensão’ que se comportasse como um instrumento da reprodução capitalista. Isso porque, ao pé da letra, e no contexto do referencial aqui observado, a extensão é dada como ‘derrotada’ pelo capitalismo numa batalha que, de fato nunca aconteceu. No mundo ocidental, a extensão não existiu como *outsider* ao sistema político e econômico do capitalismo.[...]

Assim, a extensão é um ‘projeto educativo para o capital’ tanto quanto o são, as escolas formais e informais, as universidades e seus serviços de extensão universitária, os serviços de rádio e televisão, os setores de pesquisa, etc, etc, etc. (OLIVEIRA, 1999, p. 131)

Nesse sentido, para Oliveira, o extensionismo está a serviço do capital desde sua criação, como mostra a trajetória da ABCAR extremamente ligada aos interesses estadunidenses e das agremiações do patronato rural brasileiro. No desenvolvimento da pesquisa, foi possível confirmar que o extensionismo, no Brasil, esteve a serviço do desenvolvimento do capitalismo no campo e sua consolidação, visualizado seja na confirmação da hegemonia da agroindústria, seja na tentativa de introduzir o pequeno produtor na economia de mercado, virando refém das regras e imposições embutidas nessa relação.

Seja como for, a maioria dos estudos sobre o extensionismo por nós consultados além de limitarem-se à análise da política pública, acabaram por reproduzir os conceitos e pressupostos veiculados pelas agências estatais de extensão rural. A exaltação do extensionismo como uma política pública positiva para as populações rurais carentes e o conceito de Estado-Sujeito atrelado a uma perspectiva teórico-metodológica são os pressupostos comuns à maioria dos trabalhos. Acrescenta-se, ainda, que discursivamente há uma defesa da total falta de politização da política extensionista, justificada pelo discurso da “neutralidade técnica”.

É nesse momento que a definição teórica de Estado ampliado em Gramsci torna-se essencial para deslocar o eixo de análise do Estado restrito para uma articulação entre as agências estatais nos auxílios a identificar as disputas intraclasse dominante agroindustrial.

A pesquisa documental e o entrecruzamento com periódicos publicados pelas entidades de classe das frações do patronato rural foram uma metodologia por nós adotada, que permitiu tanto abandonar a visão liberal de “Estado Sujeito”, quanto compreender a correlação de forças políticas que atravessaram a trajetória da extensão rural no Brasil. Devido ao fato de as práticas extensionistas terem começado em 1948 – sendo até hoje vigentes – foi necessário estabelecer um recorte cronológico entre as primeiras experiências de extensão rural no Brasil, passando pela fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956 e até sua extinção em 1974.

De uma maneira geral, podemos dizer que a política de extensão rural no Brasil foi permeada pelas articulações entre interesses patronais agroindustriais e internacionais, cujo projeto se baseava no desenvolvimento rural via aumento da produtividade pela introdução maciça de tecnologia. Os interesses das agremiações patronais eram visíveis tanto na criação da própria ABCAR, quanto em relação a sua hegemonia durante tanto tempo. A valorização do trabalhador rural e a tentativa de universalizar como nacional o projeto da “classe rural” através da Confederação Rural Brasileira (CRB) são interesses classistas que se destacam no interior da ação extensionista no país.

Em parte podemos estabelecer uma relação entre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a ABCAR via convergência de projetos de desenvolvimento para a agricultura – porém diversificada, como sempre o defendera a SNA – com o aumento de produtividade através do consumo de tecnologia. A investigação realizada junto aos documentos oficiais da ABCAR e também em algumas revistas especializadas em agricultura no período revela indícios de relações mais diretas entre a CRB – mais tarde Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – e a ABCAR. Com efeito, pode-se inferir que tal relação era estabelecida tanto no incentivo fornecido pelo Ministério da Agricultura – que repassava sessenta por cento dos recursos com que contava a ABCAR – quanto na estreita relação entre a CNA e a SNA no contexto do sindicalismo patronal do período. Isso será importante para entendermos as vinculações dos quadros políticos da ABCAR e da CNA.

A documentação oficial e a própria bibliografia sobre o tema é muito dúbia em relação à conceituar o público-alvo do extensionismo rural, tornando confusa sua compreensão. “Agricultor”, “família rural” e “produtores” são as expressões mais usadas na documentação

oficial para designar os assistidos pelo extensionismo. Contudo, entendemos que havia um público formal e um público real da extensão rural. O público formal seria todos aqueles que eram assistidos, mesmo que indiretamente, pela ação do extensionismo, sobretudo pelo uso da comunicação de massas largamente utilizado pela ABCAR. Assim, programas de rádio, cartazes e folhetos distribuídos pelo interior do país, bem como a assistência social – construção de fossas, instrução sobre higiene pessoal, cursos de economia doméstica, de corte e costura entre outros – atingiam uma população de pequenos produtores rurais, além de trabalhadores rurais que não tinham outros meios de assistencialismo.

Todavia, o público real da extensão não era todos aqueles alcançados pelas ações assistencialistas. Havia as práticas tais como: visitas supervisionadas, aquisição de crédito rural direcionado pelo extensionista, direcionadas apenas para pequenos proprietários, pois estes tinham a capacidade de absorver a tecnologia difundida pelo extensionista, além da possibilidade de contrair empréstimos bancários que exigiam a terra como garantia.

Dessa forma, o objetivo da extensão rural se relacionava com das agremiações SNA e CRB, no sentido de que essas entidades defendiam a difusão tecnológica para os pequenos proprietários, a fim de aumentarem a produtividade abastecendo o mercado interno.

Por fim, é importante também destacar que a História agrária no Brasil tomava novos rumos no final dos anos 60 e inícios dos anos 70, com a industrialização da agricultura tornando, por parte dos grandes proprietários de terras, uma expressiva demanda por difusão tecnológica. Nesse período, verifica-se uma extrema reconcentração fundiária e um aumento das desigualdades no campo. Além disso, houve uma espécie de fragmentação da representação agrária devido à especialização da agricultura, que ocasionou a criação novas agremiações. A extinção da ABCAR em 1974 foi resultado de uma série de fatores de ordem política, evidenciando as novas correlações de forças políticas no interior das frações da classe dominante agroindustriais e a consolidação de uma chamada “modernização” da agricultura.

Bibliografia

- ALMEIDA, L. F. R. de. **A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: UFSC, 2006.
- BENEVIDES, M. V. de .M. **O governo Kubitschek**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- BIANCHI, A. “Gramsci e a Ciência política italiana” in: SEMERARO, G. OLIVEIRA, M. M., SILVA, P. T., LEITÃO, S. N. **Gramsci e os movimentos populares**, Niterói: UFF, 2011.
- _____. **Laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRUNO, R. “Liberalismo e Reforma Agrária: o Governo Castelo Branco” In **Senhores da terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR 1997.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CAMARGO, A. de A. “A questão agrária: crise do poder e reforma agrária (1930-1964).” In: HOLANDA, S. B. de. **O Brasil republicano**, v.10: sociedade e política (1930-1964), Rio de Janeiro, Bretand Brasil, 1986.
- CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática do extensionismo do serviço público**. Dissertação: Santa Maria, RS, 1991.
- COLBY, G. e DENNETT, C.. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CARDOSO, C. F. **Ensaio Racionalistas**. Rio de Janeiro, Campus, 1988. DIAS, C. E. do A. **Espaços de conflitos e permanência das agências de estado: o exemplo da Extensão rural em Santa Catarina**. Tese: Rio de Janeiro, 1990.
- FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010.
- _____. “Estado e hegemonia no Brasil: alguns comentários sobre dificuldades conceituais”, In: MENDONÇA, S. R. de (org.) **Estado e Historiografia no Brasil**. Niterói: UFF, 2006.
- _____; MENDONÇA, S. R. **História do Brasil recente (1964-1992)**. São Paulo, Ática, 2004.
- _____. “Nova História Política”
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. I. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. II. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2011.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. III. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2011.
- LOPES, R. S. **Evolução conceitual da extensão rural no Brasil**. Minas Gerais, ACAR-MG, s.d.
- LUPI, P. **História da extensão rural e extensão rural no Brasil**. Viçosa, ETA - Projeto 39, 1962.
- MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: **Os pensadores**, Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.
- MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**, São Paulo: Expressão Popular, 2010(a).
- _____. “A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil”. In: Revista **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2006.
- _____. **A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro**. Niterói, EdUFF, 2002.
- _____. **Estado, Pesquisa Agropecuária e extensão rural (1944-2005)**. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010(b).

- _____. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961),** Niterói: UFF, 2010(c).
- _____. “Estado e Sociedade”, In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História pensar e fazer.** Rio de Janeiro: Lab. Dimensões da História, 1998.
- _____. **Estado e políticas de pesquisa agropecuária no Brasil 1963-1983.** Trabalho publicado nos anais da VII Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales, CIEA, Buenos Aires, 2011.
- _____. “Estado, Violência simbólica e metaforização da cidadania”. In: **Revista Tempo,** Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.
- _____. **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010(d).
- _____. **O ruralismo brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOORE JR. B. **Origens Sociais da Ditadura e da Democracia.** Martins Fontes, 1983.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil.** São Paulo, Hucitec, 1997.
- OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil.** Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. **Crítica à razão dualista,** Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, M. M. “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”. In: **Cadernos de ciência e tecnologia,** Brasília, v. 16, n.2, maio/ago. 1999.
- _____. “A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural”. In: **Cadernos de Difusão Tecnológica,** Brasília, 1(1): p.71-121, jan/abr. 1984.
- _____. **Pequenos agricultores e reforma agrária no Brasil.** Brasília: M. M. Oliveira, 1997.
- PAIVA, R. M. **Modernização e dualismo tecnológico na agricultura.** Rio de Janeiro: ABCAR, 1971.
- PEXOTO, M.. **Extensão rural – uma abordagem histórica da legislação.** Brasília, Centro de estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.
- PORTILHO, M. S. **Extensão rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor.** Dissertação, Uberlândia, 1998.
- RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais.** São Paulo/Minas Gerais: Annablume/ CPP/EMATER-MG, 2000.
- RAMOS, C.. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985).** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- REYDON, B. P. “A assistência técnica à agricultura paulista”. In: **Cadernos de difusão tecnológica,** Brasília, 6(1): 49-100, jan./abr., 1989.
- RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais.** São Paulo/Minas Gerais: Annablume/ CPP/EMATER-MG, 2000.

RODRIGUES, C. M. **Estado e seletividade de políticas públicas**: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. Tese, Brasília, 1994.

SILVA, J. G da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo, Unicamp, 1987.

_____.(org.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. Les associations patronales de l'agriculture brésilienne moderne: les controverses au cours de la transition vers la démocratie, 1985-1989. Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, v. 18, p. 11-34, 1992.

_____. **Processo técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1981.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro; Zahar, 1980.

SZMRECSÁNYI, T. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”, In: HOLANDA, S. B. de. **O Brasil republicano**, v.11: economia e cultura (1930-1964), Rio de Janeiro, Bretand Brasil, 2007.

TIMMER, W. J. **Planejamento do trabalho em extensão agrícola**. Série de estudos e ensaios n. 7, Rio de Janeiro: SIA, 1954.